

Ministério Público vê gasto menor com saúde e pede saída de Pezão

Governador já afirmou que cumpriu percentual exigido em lei

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

O Ministério Público do Rio processou o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) por improbidade administrativa. Ele é acusado de ter gastado menos em saúde do que determina a lei.

Na ação, o Ministério Público pede a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e o pagamento de multa e de danos morais difusos em valor a ser calculado.

Segundo a ação, ele gastou menos do que os 12% da receita em 2014 e 2015. A ação diz que em 2014 os pagamentos para o setor alcançaram

9,9%. No ano seguinte, esse percentual foi de 8,1%.

A peça inicial diz que o Estado empenhou (reservou no Orçamento) e liquidou (comprovou a prestação do serviço) 12% dos gastos em saúde nos dois anos. Contudo, nem tudo foi pago, mantendo sob a rubrica dos restos a pagar um total de R\$ 2 bilhões.

Em nota anterior sobre o caso, Pezão afirmou que gastou o exigido pela lei e teve as contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

A prática de atos de improbidade administrativa autoriza o impedimento do governador. Pezão já é alvo de pedido de impeachment feito pelo PSOL, também por gas-

tos abaixo do exigido em saúde em 2016. OMP não avaliou os gastos do ano passado.

PROTESTOS

Ao menos 20 pessoas foram detidas ao final do protesto de servidores da Cedae, na tarde desta segunda-feira (20), no centro do Rio.

A manifestação recebeu menos classe de servidores que em protestos anteriores, mas contou com manifestantes adeptos da tática black bloc, com rostos cobertos.

No protesto ocorrido em frente ao prédio da Cedae, um grupo iniciou a depredação da fachada. A polícia reagiu com bombas de gás e tiros de munição de borracha.



Manifestante com leite de magnésia (proteção contra spray de pimenta) protesta no Rio